

Os desafios da formação docente na inclusão escolar: uma revisão sistemática de literatura (2021 - 2024)

Maria Raimunda Ferreira Rodrigues
Dlayne Giordana Pereira Soares

Introdução

A inclusão escolar é um tema vigente nas discussões educacionais da atualidade, especialmente no contexto brasileiro, onde a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para garantir o acesso à educação a todos os alunos. No entanto, a implementação de um ensino inclusivo é uma prática desafiadora. Com base nisso, este artigo apresenta como tema os desafios da formação docente na inclusão escolar, considerando a importância de uma formação que atenda as necessidades de um ambiente educacional inclusivo.

A problemática central que orienta esta pesquisa é: Quais os principais artigos encontrados na Revista Scielo, que falam sobre a formação docente e a inclusão escolar? Nesse sentido, a justificativa para a realização dessa pesquisa é a necessidade de entender os desafios da formação docente na inclusão escolar, a fim de trazer contribuições atuais acerca do preparo dos professores na perspectiva da inclusão.

Portanto, neste artigo objetivamos apresentar uma Revisão Sistemática da Literatura referente aos artigos científicos publicados na base de dados da Scielo (2021-2024), os quais versam sobre os desafios da formação docente na inclusão escolar. Derivados deste objetivo, elencamos três objetivos específicos: Identificar os desafios da formação docente na inclusão escolar; Analisar a importância da formação docente para a educação inclusiva; Pesquisar na Scielo sobre as produções científicas que versam sobre o tema.

Com relação à metodologia, essa pesquisa apresenta uma abordagem bibliográfica, realizada a partir de uma revisão sistemática da literatura, entre os anos de 2021 à 2024. No entanto, os dados analisados fazem parte de um número relevante de publicações constadas na base de dados do site SciELO, incluindo especificamente artigos científicos. Nessa coleta, utilizamos alguns descritores, “inclusão escolar, formação docente e desafios pedagógicos”, para delimitar o processo de busca dos materiais e a análise dos dados.

Este estudo apresenta contribuições relevantes sobre formação continuada na perspectiva inclusiva Rigo e Oliveira (2021), emoções docentes em relação ao processo de inclusão escolar Faria e Camargo (2023), políticas afirmativas e formação continuada Hashizume e Alves (2024), entre outros.

A importância da formação docente para a educação inclusiva

A formação inicial e continuada é um tema central na discussão sobre a educação inclusiva, especialmente no contexto brasileiro, onde a inclusão escolar é reconhecida como um direito fundamental. A Constituição Federal de 1988 e as leis subsequentes, como a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 13.146/2015, estabelecem diretrizes que visam garantir a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições. Rodrigues e Sales (2024) afirmam que essa inclusão é resultado de lutas históricas contra a exclusão social, refletindo a necessidade de políticas reparadoras que enfrentem as desigualdades presentes na sociedade.

Desde a década de 1990, o Brasil tem implementado reformas educacionais que buscam promover a inclusão, com ênfase na formação dos professores como agentes principais desse processo. Ribeiro e Silva (2022) destacam que as políticas sociais e educacionais inclusivas, influenciadas por organismos internacionais, têm impactado diretamente a formação docente. Essa transformação é necessária, pois os discursos políticos sobre inclusão passaram a exigir um padrão de aprendizagens e competências específicas para os educadores (Ribeiro; Silva, 2022).

A formação inicial e continuada dos professores é, portanto, um desafio relevante. Rigo e Oliveira (2021) ressaltam que a formação para a inclusão escolar deve ser uma prioridade nas faculdades de educação, uma vez que a realidade nas escolas de educação básica ainda revela um despreparo dos docentes para lidar com as necessidades dos alunos. Além disso, a formação continuada é essencial para a construção de sistemas inclusivos, pois oferece suporte aos profissionais que atuam nas salas de aula comuns (Rigo; Oliveira, 2021). No entanto, a formação continuada não deve ser vista como uma mera acumulação de cursos, mas sim como um processo de reflexão crítica sobre as práticas docentes. Essa reflexão deve ocorrer em um espaço de compartilhamento entre os professores, visando à melhoria do trabalho educativo (Almeida *et al.*, 2023 *apud* Nóvoa, 2017). A formação do professor, portanto, deve ser um processo dinâmico e contínuo, que envolve acolhimento e escuta, permitindo que os educadores reconheçam suas fragilidades e busquem um maior sentido em sua prática (Vieira: Omote, 2021).

A formação docente deve incluir não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Vieira e Omote (2021) enfatizam que o professor precisa estar ciente dos fatores que influenciam seu julgamento sobre os alunos e suas estratégias pedagógicas. Além disso, é fundamental que os educadores adquiram competências para enfrentar diferentes situações sociais que possam surgir no ambiente escolar.

O processo de inclusão de todos os alunos é uma exigência legal e uma demanda crescente nas escolas. Para que essa inclusão seja efetiva, é imprescindível que os professores tenham acesso a uma formação adequada, tanto na formação inicial quanto na continuada (Rodrigues e Sales, 2024). Rigo e

Oliveira (2021) também reafirmam a importância de uma formação docente que abranja todas as etapas e modalidades da educação básica, assegurando o direito à educação de qualidade para todos.

É evidente que ainda há um longo caminho a percorrer em relação à formação de professores para a inclusão escolar. Rigo e Oliveira (2021) ressaltam a necessidade de investimentos em processos formativos que preparem os educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. A busca por fundamentos teóricos que sustentem a prática docente é essencial para a valorização do trabalho educacional e para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva (Faria e Camargo, 2021).

Assim, considera-se que a formação docente é um elemento indispensável para a efetivação da educação inclusiva no Brasil. É necessário que as políticas educacionais priorizem a formação inicial e continuada dos professores, garantindo que eles estejam preparados para enfrentar os desafios da diversidade e promover um ambiente escolar inclusivo.

Os desafios da formação docente na inclusão escolar

A formação de professores na perspectiva da inclusão apresenta um objetivo desafiador: desenvolver conhecimentos e atitudes que capacitem os educadores a lidar com a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem em contextos de diversidade (Vieira; Omote, 2021 *apud* Pletsch, 2009). Essa complexidade é ainda mais acentuada pela necessidade de uma formação que não apenas aborde aspectos teóricos, mas que também prepare os docentes emocionalmente para a prática em salas de aula inclusivas.

Ainda que a formação docente e o desenvolvimento da prática sejam essenciais para que os professores atuem considerando os princípios da inclusão, essa é apenas uma das várias condições necessárias para a implementação de uma educação inclusiva. O desenvolvimento desse processo requer a superação de múltiplos desafios, que vão além da capacitação técnica (Faria; Camargo, 2021). A formação docente deve, portanto, incluir a preparação emocional dos educadores, uma vez que as emoções de professores e alunos em relação à inclusão são frequentemente ignoradas (Faria; Camargo, 2021).

Além disso, a formação de professores deve ser um instrumento que promova o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem, incentivando o diálogo e a discussão sobre questões da realidade sob uma perspectiva coletiva. Essa abordagem é fundamental para mediar a relação entre cidadãos, instituições e o Estado (Hashizume; Alves, 2022). Contudo, os esforços da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a construção de “sistemas educacionais inclusivos”, têm se mostrado insuficientes, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos professores (Rigo; Oliveira, 2021).

Ao analisarmos as diretrizes da Meta 4 do PNE, percebemos que a formação continuada dos professores da sala de aula regular, em geral, é pouco mencionada, com foco predominante na formação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e no funcionamento das salas de recursos multifuncionais (Rigo; Oliveira, 2021).

Essa limitação é preocupante, pois o trabalho pedagógico deve ser construído em sua especificidade, e a formação deve contemplar adequações que auxiliem no processo de aprendizagem de

todos os alunos, levando em consideração suas necessidades específicas. Educadores frequentemente relatam dificuldades na formação continuada em serviço e a sobrecarga de alunos por sala, o que dificulta o acompanhamento das particularidades de cada aluno (Brostolin; Souza, 2023).

A inclusão escolar representa um dos desafios mais relevantes na formação docente, uma vez que é uma política de Estado consolidada pela legislação brasileira vigente (Rodrigues; Sales, 2024). O desafio que a inclusão impõe à escola é romper com a ideia de homogeneidade, exigindo que o trabalho pedagógico seja desenvolvido em múltiplos níveis de conhecimento, adaptando o ensino aos interesses e ritmos de aprendizagem de cada aluno (Brostolin; Souza, 2023).

Nos últimos anos, as políticas nacionais de formação de professores têm avançado em direção a uma formação que inclua a educação especial e a inclusão escolar. A partir de 2001, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, começou-se a integrar a perspectiva de educação inclusiva nas normativas relacionadas à formação docente (Rigo; Oliveira, 2021).

Além de adquirir conhecimentos e habilidades para o uso de recursos didático-pedagógicos especiais, os professores precisam desenvolver competências para lidar com diversas situações sociais que podem surgir no ambiente escolar, considerando as implicações da Educação Inclusiva (Vieira; Omote, 2021).

Logo, a formação docente para a inclusão escolar deve ser abrangente, contemplando não apenas o conhecimento teórico, mas também a preparação emocional e a capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada aluno. A superação dos desafios da inclusão requer um compromisso coletivo e uma formação contínua que prepare os educadores para atuar em um ambiente escolar diversificado e inclusivo.

Estratégias de formação docente para promover a inclusão no contexto escolar

A inclusão escolar fomenta uma reflexão aprofundada sobre as práticas pedagógicas e a formação dos professores. Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é imprescindível que os docentes estejam preparados para atender às necessidades específicas de todos os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem equitativo. A seguir, apresentaremos algumas estratégias de formação docente que podem contribuir para a promoção da inclusão no contexto escolar.

Um dos pontos críticos a serem considerados é a necessidade de políticas públicas que incentivem e promovam a formação continuada dos professores na perspectiva da inclusão. Rigo e Oliveira (2021, p. 15) apontam que, “na ausência de propostas de formação continuada de professores em geral, não teremos condições para viabilizar a inclusão escolar”.

Com base na afirmação dita anteriormente, ressalta-se a importância das instâncias governamentais assumirem a responsabilidade de oferecer oportunidades de formações iniciais e continuadas que abordem estratégias para a efetivação da educação inclusiva, desconstruindo visões reducionistas e promovendo uma compreensão mais ampla e complexa do tema.

A formação docente voltada ao processo de inclusão não deve se limitar a transmissão de conhecimentos teóricos sobre deficiências e transtornos de aprendizagem. Visto que, é fundamental que essas experiências abordem as atitudes sociais dos professores em relação à inclusão, como apontam Vieira e Omote (2021, p. 749-750):

De modo geral, os cursos de capacitação não têm contemplado as atitudes sociais do professor em relação à inclusão. Não se trata da introdução dessa temática no conteúdo programático para ser debatida para a compreensão da sua relevância. Mais do que isso, por meio de diferentes atividades programadas, a capacitação deve permitir aos professores modificarem suas atitudes sociais tornando-as genuinamente favoráveis à inclusão. Assim, as competências e os conhecimentos adquiridos poderão ser utilizados efetivamente em prol da promoção da inclusão escolar.

Nesse sentido, a formação deve proporcionar momentos de reflexão sobre os próprios preconceitos e estereótipos, incentivando a empatia e a valorização da diversidade. É importante que os professores desenvolvam a capacidade de reconhecer e respeitar as diferenças individuais, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de cada aluno.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre a prática desenvolvida. Vieira e Omote (2021, p. 749-750) enfatizam que é dispensável “autoavaliar-se e reconstruir suas condutas com autonomia, em conformidade com a realidade que se apresenta na sala de aula”, considerando esse processo uma atividade contínua. A formação docente deve, portanto, estimular a autoanálise e a busca por aprimoramento, incentivando os professores a buscarem novas estratégias para promover a inclusão.

A observação é fundamental para que o professor possa ajustar suas intervenções pedagógicas de forma eficaz, “[...] cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural” (Brostolin e Souza, 2023, p.54 *apud* Freire, 2001, p. 5). Entretanto, o professor deve ser capaz de identificar as potencialidades e as dificuldades de cada aluno, adaptando o currículo e as atividades para atender às necessidades específicas.

É necessário que a formação inicial e continuada de professores contemple os fundamentos teóricos e práticos da educação inclusiva, para que os eles “tenham condições de impulsionar processos de ensino e de aprendizagem criativos e significativos aos alunos com deficiências e aos demais” (Rodrigues; Sales, 2024, p. 13). A articulação entre teoria e prática é fundamental para que os futuros professores desenvolvam as competências necessárias para atuar em contextos inclusivos.

Revisão sistemática de literatura (2021-2024)

A presente análise foi realizada a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura, entre os anos de 2021 e 2024, na base de dados da Scielo. A busca inicial resultou na identificação de

136 publicações relevantes. Desse total, 10 publicações foram selecionadas baseadas na relevância do tema. Posteriormente, apenas 5 dessas publicações foram submetidas à análise dos descritores “formação docente”, “inclusão escolar” e “estratégias de formação”, visando interpretar a relação entre esses conceitos na literatura atual.

Os resultados desta análise têm implicações significativas para a implementação da inclusão escolar, incluindo a falta de recursos, a necessidade de formação inicial e continuada e a resistência à mudança. Além disso, os resultados também destacam a importância da formação contínua dos professores para promover a inclusão escolar. Nesse sentido, a literatura analisada apresenta os seguintes dados dispostos no quadro abaixo:

Quadro 1. Produções científicas da base de dados da Scielo (2021-2024)

SITE: https://www.scielo.br/ REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA Tema: Formação de Professores e inclusão escolar Descritores: formação docente, inclusão escolar, estratégias de formação	
01	RIGO, N. M.; OLIVEIRA, M. M. Inclusão Escolar: Efeitos do Plano Nacional De Educação nos planos municipais. (2021) O estudo revela que, embora existam diretrizes que promovem a formação continuada de professores, como a Meta 4, as ações propostas são insuficientes para garantir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. As estratégias identificadas, como a criação de salas de recursos multifuncionais e a promoção de parcerias para formação, não abordam de maneira abrangente a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula comum. Essa fragmentação na formação dos docentes pode perpetuar a dicotomia entre educação especial e educação geral, dificultando a efetiva inclusão dos alunos com deficiência. Além disso, a ênfase na formação específica para o AEE, em detrimento da formação geral dos professores, limita a construção de um ambiente escolar que favoreça a interação e a aprendizagem colaborativa entre todos os estudantes. Portanto, é crucial que as políticas de formação continuada sejam ampliadas e integradas, visando não apenas a capacitação técnica, mas também a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas inclusivas.
02	VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. (2021) Nesse estudo, os autores consideram a formação deve promover o autoconhecimento e a reflexão contínua, permitindo que os educadores modifiquem suas condutas e adotem estratégias eficazes para atender à diversidade presente nas salas de aula. Além disso, é necessário que os cursos de capacitação abordem não apenas a teoria, mas também ofereçam experiências práticas que favoreçam a mudança de atitudes, integrando aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. A formação do professor é um processo dinâmico e permanente; permite que os educadores reconheçam suas fragilidades e busquem um maior sentido em sua prática. Além da aquisição de conhecimentos e habilidades para o uso de recursos didáticos, o grande desafio na formação de professores é construir conhecimentos e atitudes que permitam lidar com os processos de ensino e aprendizagem para a diversidade, envolvendo a questão da Educação Inclusiva e suas implicações, pois os professores sentem que lhes falta o preparo adequado para atuarem no ensino inclusivo.

03	FARIA, P. M. F.; CAMARGO, D. Emoções docentes em relação ao processo de inclusão escolar. (2021)
	Esse artigo explora a realidade de três professoras que atuam em turmas inclusivas, destacando a importância da formação específica e do apoio emocional para o exercício da docência. As participantes relatam a falta de formação adequada como uma barreira significativa para a efetivação da inclusão, evidenciando a necessidade de um preparo que vá além do conhecimento técnico, englobando também aspectos socioemocionais. Além disso, as experiências pessoais e familiares das professoras influenciam suas percepções sobre a inclusão, revelando um panorama complexo onde as emoções desempenham um papel crucial na relação com os alunos e na prática docente. A pesquisa aponta que, para superar os desafios da inclusão, é fundamental promover uma formação contínua e integrada, que valorize tanto os aspectos cognitivos quanto os emocionais, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.
04	HASHIZUME, C. M.; ALVES, M. D. F. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. (2022)
	O artigo discute como a formação de professores deve ir além da mera transmissão de conteúdos, promovendo uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e a construção de um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças. É fundamental que os educadores sejam capacitados a atuar de maneira inclusiva, reconhecendo a importância de um tratamento digno e igualitário para todos os estudantes. Além disso, a formação deve incluir uma abordagem que integre os Direitos Humanos, permitindo que os professores desenvolvam uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais e a necessidade de uma educação que promova a equidade. A transformação das mentalidades e a construção de uma cultura de respeito e aceitação são essenciais para que a inclusão escolar se torne uma realidade efetiva, desafiando as normas estabelecidas e promovendo um ambiente educacional mais justo e solidário.
05	RODRIGUES, S. R. M. C.; SALES, L. C. Necessidades formativas do professor frente à demanda de alunos da educação especial em classes comuns. (2024)
	A pesquisa indica que, apesar de um percentual elevado de professores reconhecer a necessidade de formação na área da Educação Especial, a formação inicial muitas vezes é insuficiente, com currículos que não atendem adequadamente às demandas práticas do cotidiano escolar. Assim, é imperativo que as instituições de ensino superior desenvolvam programas de formação que integrem teoria e prática, capacitando os docentes a implementar estratégias inclusivas eficazes e a promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade.

Fonte: artigos científicos da base de dados Scielo.

Um dos principais fatores relacionados aos desafios da formação docente na inclusão escolar, segundo Faria e Camargo (2021), é a ausência de uma formação específica que prepare os professores para atuar em contextos inclusivos. As autoras ressaltam que a formação não deve se restringir a um treinamento superficial, mas sim envolver um acompanhamento contínuo que considere a subjetividade e a experiência do docente em sua prática diária (Faria e Camargo, 2021). Essa perspectiva amplia a compreensão da formação docente, que deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo, capaz de responder às demandas específicas do ambiente escolar.

Além disso, a formação inicial dos professores, conforme apontado por Vieira e Omote (2021), apresenta variadas lacunas. Os docentes frequentemente relatam a falta de preparo adequado

para o ensino inclusivo, evidenciando a necessidade de investimentos tanto na formação inicial quanto em formações continuadas. A inclusão, muitas vezes, é percebida como um processo inicial, carecendo de estudos mais aprofundados e de ações que promovam uma compreensão coletiva sobre o tema. Brostolin e Souza (2023) destacam que a formação docente deve incluir discussões sobre as condições de trabalho e a infraestrutura das escolas, elementos essenciais para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

A formação de professores nas diversas áreas do conhecimento ainda necessita de conteúdos pedagógicos que os ajudem a desenvolver estratégias inclusivas, garantindo a aprendizagem dos alunos (Brostolin; Souza, 2023 *apud* França; Munford, 2012). Apesar dos esforços e investimentos em formação continuada, como cursos de especialização e programas de mestrado e doutorado, a formação docente ainda é considerada secundária nas políticas públicas educacionais.

O modelo de formação adotado no Brasil tem se mostrado ineficaz para preparar os professores para a realidade da inclusão, visto que as atividades de formação não estão articuladas com os problemas enfrentados pelos docentes em sala de aula, tornando-se inadequadas às demandas da prática docente. Isso quer dizer que, embora haja um reconhecimento da importância da inclusão, os programas de formação ainda não atendem às necessidades atuais para promover práticas inclusivas efetivas (Rodrigues; Sales, 2024).

Nesse sentido, é importante ressaltar que, além de oferecer formação, é necessário criar condições que incentivem os docentes a se qualificarem. Isso inclui a disponibilização de suporte, como a redução da carga horária, afastamentos quando necessário e incentivos financeiros, uma vez que a sobrecarga de trabalho e a desvalorização salarial são fatores que desmotivam os professores a buscarem qualificação (Rodrigues; Sales, 2024).

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão educacional abrangem diversas dimensões, como a necessidade de acolhimento psicológico, formação adequada para entender as necessidades dos alunos, adequações nas condições físicas e pedagógicas e a contratação de profissionais que possam apoiar o processo de inclusão. Nisso, devemos considerar a urgência de intervenções estruturais e a implementação efetiva de leis e políticas públicas que garantam condições adequadas para a atuação docente e a efetivação da inclusão (Silva; Elias, 2022 *apud* Matos; Mendes, 2015).

A formação docente para a inclusão é um campo que demanda atenção e investimento. É imprescindível que as políticas educacionais se voltem para a criação de um modelo de formação que não apenas capacite os professores, mas que também considere as realidades e desafios enfrentados no cotidiano escolar, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Considerações finais

No decorrer desse estudo, compreendemos que a formação docente na perspectiva da inclusão é um processo complexo e contínuo, que exige o envolvimento de diferentes profissionais e instâncias. É fundamental que as políticas públicas incentivem e promovam a formação continuada dos professores,

abordando reflexões sobre a prática pedagógica inclusiva.

Além disso, é essencial que a formação inicial dos futuros professores contemple os fundamentos teóricos e práticos da educação inclusiva, preparando-os para atuar em contextos diversos e desafiadores. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade para todos, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade no contexto escolar.

A análise das publicações selecionadas evidenciou que a formação docente para a inclusão escolar enfrenta múltiplos desafios que precisam ser urgentemente abordados. A partir das contribuições dos autores é possível concluir que a formação inicial dos professores necessita de uma abordagem mais integrada e prática, que considere as realidades enfrentadas nas salas de aula.

Os dados revelam ainda que a formação continuada é essencial, mas não suficiente. É necessário que as políticas educacionais promovam um modelo de formação que não apenas capacite os docentes, mas que também crie condições favoráveis para a prática inclusiva. Isso inclui a necessidade de um suporte emocional e psicológico, bem como a adequação das condições físicas e pedagógicas das escolas.

Além disso, a resistência à mudança e a falta de recursos são barreiras significativas que devem ser superadas. A formação docente deve ser vista como um processo que envolve a construção de conhecimentos e atitudes que permitam aos educadores lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas se voltem para a criação de um ambiente que favoreça a formação e a valorização do professor, garantindo que a inclusão escolar se torne uma realidade efetiva e não apenas uma diretriz teórica.

Em suma, a formação docente para a inclusão escolar é um campo que demanda atenção e investimento. A efetivação de práticas inclusivas requer um comprometimento coletivo, que envolva não apenas os educadores, mas também as instituições, as políticas públicas e a sociedade como um todo. Somente assim será possível construir uma educação inclusiva, que respeite e valorize a diversidade.

Referências

ALMEIDA, M. L. *et al.* Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5699>

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F. A docência na educação infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. **Cad. Cedes**, Campinas, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC256578>

FARIA, P. M. F.; CAMARGO, D. Emoções docentes em relação ao processo de inclusão escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.64536>

HASHIZUME, C. M.; ALVES, M. D. F. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. **D.E.L.T.A.**, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X202257203>

RIBEIRO, L. L.; SILVA, R. M. Empresariamento da Formação Docente para a Educação Especial. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236108268>

RIGO, N. M.; OLIVEIRA, M. M. INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147304>

RODRIGUES, S. R. M. C.; SALES, L. C. Necessidades formativas do professor frente à demanda de alunos da educação especial em classes comuns. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Dourados, v.30, e0097, p.1-16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0097>

SILVA, E. F.; ELIAS, L. C. S. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. **EDUR Educação em Revista**, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469826627>

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes sociais de professores em relação à inclusão: formação e mudança. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0254, p.743-758, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0254>